



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Rio Doce - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

Parecer nº 47/IEF/URFBIO RIO DOCE - NUREG/2022

PROCESSO Nº 2100.01.0043881/2022-77

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Paulo de Sousa Lima Lobato CPF/CNPJ: 355.651.606-34  
 Endereço: Avenida Minas Gerais, nº 3.485 Bairro: Cidade Nova  
 Município: Governador Valadares UF: MG CEP: 35.063-019  
 Telefone: 33 3273-0272 E-mail: ambiental@agrotopengenharia.com.br

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(x) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: CPF/CNPJ:  
 Endereço: Bairro:  
 Município: UF: CEP:  
 Telefone: E-mail:

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Bonaparte Área Total (ha): 80,6504  
 Registro nº: Matrícula nº 45059 - Livro 02-RG / Contrato de compra e venda - 10/03/2022 (Tabelionato de Notas de Governador Valadares). Município/UF: Periquito/MG  
 Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3149952-8B6A.E75A.9D0E.4BCF.B97A.DEE8.2E37.E6C8

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	8,6522	ha

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	8,6522	ha	23K	799932	7890325

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Outros	Barramento e Retificação de curso d'água	8,6522

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Mata Atlântica	Gramíneas, vegetação herbácea e arbustiva.	Não se aplica.	8,6522

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Não se aplica.	Não se aplica.	-	-

## 1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 10 de outubro de 2022.Data da vistoria: 27 de outubro de 2022.Data de solicitação de informações complementares: Não se aplica.Data do recebimento de informações complementares: Não se aplica.Data de emissão do parecer técnico: 28 de outubro de 2022.

Documentação conferida conforme Check List (Diretório II/Documento 55306408).

## 2. OBJETIVO

Trata-se de procedimento administrativo tendo como requerente o Sr. Paulo de Sousa Lima Lobato, no qual pleiteia-se intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP em 8,6522ha, com a finalidade de realizar a retificação do curso d'água do Córrego Preto, com criação de 2 canais abertos de drenagem, juntamente com a construção de um barramento de acumulação hídrica, proporcionar melhor escoamento do córrego Preto, bem como regularizar a vazão no local em períodos chuvosos, promovendo uma melhoria na drenagem da área, assim como favorecendo o paisagismo local.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

#### 3.1 Imóvel rural:

Imóvel denominado Fazenda Bonaparte, localizado próximo ao reservatório da UHE Baguari e Posto Falcão - Rede HG, na BR 381, zona rural do município de Periquito/MG.

Possui área total de 80,6504ha, equivalente a 2,6883 módulos fiscais.

#### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3149952-8B6A.E75A.9D0E.4BCF.B97A.DEE8.2E37.E6C8

- Área total: 80,6504ha

- Área de reserva legal: 0,0000ha

- Área de preservação permanente: 16,7296ha

- Área de uso antrópico consolidado: 74,1985ha

- Qual a situação da área de reserva legal: Não há.

( ) A área está preservada

( ) A área está em recuperação

( ) A área deverá ser recuperada

- Formalização da reserva legal: Não há.

( ) Proposta no CAR ( ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

Não se aplica.

- Qual a modalidade da área de reserva legal: Não há.

( ) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

Não se aplica.

#### - Parecer sobre o CAR:

Conforme a Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a rótulo de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados percentuais mínimos em relação à área do imóvel. Em regra esse percentual é de, no mínimo 20% da área total do imóvel, excetuados os casos previstos em lei.

A Reserva Legal, para os imóveis de até 4 módulos fiscais e que não possuíam sua situação regularizada antes da vigência da Lei Estadual nº 20.922/2013, corresponderá ao quantitativo da vegetação nativa remanescente em 22 de julho de 2008, ainda que em percentual inferior a 20%, ficando vedada a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo.

Art. 40. Nos imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até quatro módulos fiscais e que possuam remanescente de vegetação nativa em percentuais inferiores a 20% (vinte por cento), a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente àquela data, vedadas novas conversões para uso alternativo do solo.

Verificou-se nas informações prestadas no CAR apresentado que a propriedade não possui Reserva Legal, não possuindo área com vegetação arbórea desde antes 22 de julho de 2008.

### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Está sendo solicitado nesse processo 'Intervenção, com ou sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP – área requerida: 8,6523ha.'

Foi apresentado o Projeto de Intervenção Ambiental Simplificado (Diretório II / Documento 55342153).

Esta intervenção Ambiental proposta na Fazenda Bonaparte, possui a finalidade de proporcionar o melhor escoamento do córrego Preto, bem como regularizar a vazão no local em períodos chuvosos, promovendo uma drenagem melhor no local. O projeto prevê a qualidade sanitária e socioambiental do empreendimento, melhorando também o paisagismo e a vegetação no local, através da revegetação da faixa de preservação, levando em consideração que a área é consolidada, conforme ao que estabelece na Lei nº 12.651/2012, em seu Art. 3º, inciso IV "Área Rural Consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvopastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio".

O empreendimento com aproximadamente 16,7296ha de APP compreende a "Criação de barramento de regulação hídrica (lagoa) e retificação do córrego Preto, com criação de 2 canais abertos de drenagem, para a adequada drenagem da região", na Fazenda Bonaparte, sendo considerados os seguintes atenuantes:

- As retificações dos cursos d'água abrangerá uma área de intervenção de aproximadamente 8,6522ha;
- As retificação apresentam declaração de Regularidade de Interferências Não Sujeitas a Outorga da Agência Nacional de Águas (ANA) conforme documentos nº 02500.043614/2022-94 e 2500.043612/2022-03;
- O desassoreamento beneficiará o meio ambiente através de um melhor escoamento das águas, pois irá retirar materiais sólidos que prejudicam a qualidade da água, evitando transbordamentos e inundações. O referido já foi solicitado ao IGAM por meio do SEI - Sistema Eletrônico de Informações, protocolo nº 2100.01.0034206/2022-81;
- A área é caracterizada com ações antrópicas presentes. Os locais de intervenção são formados por brachiárias, não configurando alteração de uso do solo, já que se trata de áreas consolidadas;
- Será promovida a revitalização vegetal nas áreas de preservação permanente da intervenção.
- A área do empreendimento não apresenta árvores de médio e grande porte e muito menos forma um bosque com floresta fechada e densa. Nos locais de intervenções não haverá supressões, será realizado apenas a retirada de brachiárias. Com isso, não haverá significativo comprometimento da integridade da biodiversidade existente no local;
- Não haverá supressão de vegetação arbórea, assim não haverá produção de material lenhoso, portanto, é inexistente o aproveitamento econômico da atividade.

Taxa de Expediente: DAE: 1401209893592, pago em 01/09/2022, no valor de R\$1.879,50 - NSU: 347951.

Taxa florestal: Não se aplica.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: Não se aplica.

#### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

Conforme IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>) entre outras características que entender pertinentes, por exemplo:

- Vulnerabilidade natural: baixa.

- Prioridade para conservação da flora: muito baixa.

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: não se aplica.

- Unidade de conservação: não se aplica.

- Áreas indígenas ou quilombolas: não se aplica.

- Outras restrições: não se aplica.

#### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

Conforme enquadramento da Deliberação Normativa do Conselho de Política Ambiental – Copam – nº 217, de 06 de dezembro de 2017:

- Atividades desenvolvidas: G-02-07-0 - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos em regime extensivo.

- Atividades licenciadas: G-02-07-0 - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos em regime extensivo.

- Classe do empreendimento: 0

- Critério locacional: Não passível.

- Número do documento: não informado.

#### 4.3 Vistoria realizada:

Vistoria feita de forma remota, realizada no dia 27 de outubro de 2022, estando em conformidade com o § 2º do Art. 2º da Resolução SEMAD, IEF, IGAM E FEAM nº 2.959/2020. Realizado com base nas imagens de satélite, documentos e informações constantes no processo, tendo em vista intervenção na área de preservação permanentes sem supressão de vegetação nativa.

Relatório Técnico 27 (Diretório II/Documento 55393576).

##### 4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Localmente o relevo é plano a suave ondulado.

- Solo: Os solos predominantes na região são os argissolos, mas também nota-se a existência de latossolos.

- Hidrografia: Na Fazenda Bonaparte passa córrego denominado Córrego Preto, que atravessam o imóvel, e por sua vez, desaguam neste, pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Doce e Sub-bacia hidrográfica do Rio Suaçuí - Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH) DO4. No interior do imóvel também há a presença de duas massas d'água, sendo uma delas, objeto alvo da intervenção solicitada neste projeto. Possui em torno de 16,7296ha de Área de Preservação Permanente.

##### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Com relação à cobertura vegetal, o imóvel e a área objeto da intervenção são desprovidas de vegetação nativa, no entanto está localizada na área de abrangência do bioma Mata Atlântica, tipologia florestal caracterizada como Floresta Estacional Semidecidual Submontana.

- Fauna: Quanto a fauna, a região abriga um número pequeno, apesar de significativo de avifauna, espécies de mamíferos, sendo estes na maioria de pequeno porte, pois os grandes mamíferos silvestres são quase extintos na região.

#### 4.4 Alternativa técnica e locacional:

Foram apresentados e aceitos os estudos técnicos comprovando a inexistência de alternativa técnica e locacional (Diretório I/Documento Documento 53896986), elaborado por profissional habilitado.

Não há alternativa técnica locacional razoável que justifique a mudança do local de intervenção, entendendo que barramento já foi construído e agora necessita de retificação.

Com relação a retificação, a proposta é melhorar o escoamento do córrego Preto, bem como regularizar a vazão no local em períodos chuvosos, promovendo uma drenagem melhor no local.

#### 5. ANÁLISE TÉCNICA

Trata-se de procedimento administrativo tendo como requerente o Sr. Paulo de Sousa Lima Lobato, no qual pleiteia-se intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP em 8,6522ha, com a finalidade de realizar a retificação do curso d'água do Córrego Preto, com criação de 2 canais abertos de drenagem, juntamente com a construção de um barramento de acumulação hídrica, proporcionar melhor escoamento do córrego Preto, bem como regularizar a vazão no local em períodos chuvosos, promovendo uma melhoria na drenagem da área.

A área de preservação permanente é assim considerada independente de sua cobertura vegetal, existente ou não, conforme art. 8º da Lei Estadual 20.922/13.

Neste sentido, desde que cumpra os requisitos necessários, a intervenção requerida na área considerado como intervenção em APP é passível de autorização, de acordo com o Decreto Estadual nº 47749/19:

Art. 3º – São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:

II – intervenção, com ou sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;

Em relação à intervenção em APP, a Lei Estadual nº 20.922/2013 ressalta:

**Art. 12 - A intervenção em APP poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente em casos de utilidade pública, interesse social ou atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental**, desde que devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio. (g.n.)

Com relação à justificativa apresentada no PSUP sobre a classificação das intervenções requeridas na propriedade, é preciso verificar as considerações destacadas nas alíneas "a" e "I" do inciso III, artigo 3º da Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 para atividade eventual ou de baixo impacto ambiental:

l) a realização de atividade de desassoreamento e manutenção em barramentos, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos;

m) outra ação ou atividade similar reconhecida como eventual e de baixo impacto ambiental em ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente ou do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.

Segundo o artigo 1º da Deliberação Normativa COPAM nº 236/2019, também é considerada atividade eventual ou de baixo impacto ambiental, para fins de intervenção em área de preservação permanente:

VI – pequenas retificações e desvios de cursos d'água, **em no máximo 100m (cem metros) de extensão**, e reconformações de margens de cursos d'água, em áreas antropizadas privadas, visando a contenção de processos erosivos, segurança de edificações e benfeitorias; (g.n.)

Referente a área de intervenção, evidencia-se que a mesma é de baixo impacto e atende também os requisitos de interesse social, com relação à regularização de vazão para fins de perenização de curso d'água, atendendo os critérios legais para fins de autorização de intervenção, uma vez que inexistia alternativa técnica e locacional à atividade proposta, conforme relatado no Documento 55342154.

Foram apresentados os estudos técnicos comprovando a inexistência de alternativa técnica e locacional, atendendo ao disposto no art. 17 do Decreto. (Diretório I/Documento 55342154)

Não haverá supressão de vegetação arbórea e a área é considerada consolidada. Conforme ao que estabelece o art. 2º, inciso I da Lei Estadual nº 20.922/2013:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - área rural consolidada a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;

Quanto à compensação pela intervenção em área de preservação permanente, foi apresentado o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (Diretório I/Documento 53896989), cumprindo o disposto no art. 76 do Decreto Estadual nº 47749/2019. Foi definido como forma de compensação o plantio de mudas de espécies nativas, numa área de 9,8008ha localizada no interior do imóvel. Foi proposto o plantio de 6.739 mudas considerando 10% de perda e espaçamento de 4x4,0m. As coordenadas da área de compensação são UTM 24K 799442/7890403; 799932/7890258; 800186/7890619; e 800040/7889950. Foi considerado 2 anos para implantação e 3 para monitoramento.

Essa compensação constará como por condicionante no ato autorizativo, em conformidade com o disposto no art. 42 do Decreto Estadual nº 47749/2019.

Art. 42 – As compensações por intervenções ambientais, aprovadas pelo órgão ambiental competente, serão asseguradas por meio de Termo de Compromisso de Compensação Florestal – TCCF ou por condicionante do ato autorizativo, a critério do órgão ambiental.

Todas as informações apresentadas foram analisadas e aprovadas.

Pelo exposto, considerando as normas ambientais vigentes, os documentos e informações apresentadas no processo, esse parecer sugere o DEFERIMENTO do pleito realizado, estando, portanto, apto para ser encaminhado à deliberação da autoridade competente, Supervisora Regional, nos termos do Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020, esclarecendo que, ante seu caráter meramente opinativo, a presente analista ambiental não tem força vinculativa aos atos a serem praticados pela Supervisão.

Por fim, a Supervisora Regional é o agente competente para deliberação nestes procedimentos, conforme determina o inciso I, do parágrafo único, do art. 38, do Decreto Estadual nº 47.892/2020.

É como submetemos à consideração superior.

Assim sendo, subscrevo o devido parecer.

## 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo: Danos biológicos à flora com intervenção ambiental em APP; danos físicos, edáficos e hídricos com a retificação da barragem construída.

### Medidas mitigadoras:

- Reduzir, ao mínimo a retirada de vegetação ciliar;
- Realizar a proteção das áreas de preservação existentes no entorno da atividade;
- Realizar das devidas manutenções das máquinas e equipamentos a serem utilizados, e diante da necessidade de algum reparo emergencial, que o mesmo seja executado com segurança, ocorrendo em área impermeabilizada ou que se providencie alguma proteção ao solo, e que os resíduos sejam dispostos de forma adequada dentro do empreendimento posteriormente;
- Repassar a conscientização a todos os operadores de máquinas e equipamentos com relação aos procedimentos técnicos, bem como sobre práticas operacionais de limpeza e manutenção de máquinas e equipamentos e a questão da gestão dos resíduos sólidos.

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

- Processos de intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa, em estágio inicial de regeneração;
- Todos os processos de corte de árvores isoladas;
- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- Aproveitamento de material lenhoso.

## 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de intervenção em área de preservação permanente sem supressão de vegetação nativa, em área de 8,6522ha, Fazenda Bonaparte, imóvel localizado no Município de Periquito. Não haverá rendimento lenhoso.

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Executar o PRADA (Diretório I/Documento 53896989), em área de 9,8008ha localizada no interior do imóvel, tendo como coordenadas de referência 23K 799442/7890403; 799932/7890258; 800186/7890619; e 800040/7889950. (UTM, Sirgas 2000), na modalidade plantio, sendo 6.739 mudas considerando 10% de perda e espaçamento de 4x4,0m, nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes, sendo considerado 2 anos para implantação e mais 3 anos para monitoramento.

### 8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se aplica.

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Não se aplica.

## 10. CONDICIONANTES

## Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar o PRADA (Diretório I/Documento 53896989), em área de 9,8008ha localizada no interior do imóvel, tendo como coordenadas de referência 23K 799442/7890403; 799932/7890258; 800186/7890619; e 800040/7889950. (UTM, Sirgas 2000), na modalidade plantio, sendo 6.739 mudas considerando 10% de perda e espaçamento de 4x4,0m.	A iniciar no próximo período chuvoso, após o recebimento da autorização para intervenção ambiental.
2	Apresentar relatório após a implantação do projeto indicando as espécies e o número de mudas plantadas, tratos silviculturais adotados, arquivo digital com o polígono da área de plantio, e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico. Caso o responsável técnico pela execução do PTRF seja diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Até 30 dias após o plantio.
3	Apresentar relatórios semestrais com anexo fotográfico para avaliação da situação do plantio. Informar quais os tratos silviculturais adotados no período e a necessidade de intervenção no plantio.	Anualmente por um período de 3 anos, após finalização do plantio.

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

## INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC ( x ) SUPERVISÃO REGIONAL

## RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Junia Kruk Almeida e Silva

MASP: 1.124.876-2

## RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MASP:



Documento assinado eletronicamente por Junia Kruk Almeida e Silva, Servidor (a) Público (a), em 08/11/2022, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 55476366 e o código CRC E724D4A4.